



TCE EM PAUTA

ANO XX – Nº 107

NATAL/RN NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2016

FALE, CRITIQUE E PARTICIPE. OUVIDORIA DO TCE: 0800-281-1935

 @TCE_RN

TRIBUNAL MEDE A EFICIÊNCIA DA GESTÃO DOS MUNICÍPIOS

PÁGINAS 6 E 7



THOMPSON:
CONHEÇA OS RESULTADOS DA GESTÃO 2015/16 PÁGS. 4 E 5



GILBERTO JALES:
NOVO PRESIDENTE É ELEITO À UNANIMIDADE PÁG. 3



IRB PLANEJA 2017



O Instituto Rui Barbosa (IRB) realizou, em São Paulo, a Assembleia Geral e Reunião da Diretoria do Instituto, na Universidade Nove de Julho (Uninove). O encontro ocorreu paralelo ao II Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas. Na pauta, a divulgação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM); O lançamento do Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEGE), que será realizado ao longo de 2017; lançamento do IEGM no Portal Controle Público e Portal do IRB; Os objetivos do Desenvolvimento Sustentável; Cooperação técnica com a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o planejamento das ações para 2017. Participaram da reunião presidentes, conselheiros e conselheiros substitutos de Tribunais de Contas do Brasil.

ENCONTRO NACIONAL

A leitura da “Carta de Cuiabá” selou o encerramento do V ENTC, reforçando o comprometimento dos 34 Tribunais de Contas do Brasil com o aprimoramento institucional do controle externo, a defesa da Lei da Ficha Limpa e de medidas contra a corrupção. Outro aspecto mencionado foi a defesa da responsabilidade fiscal, “seja dando o exemplo, seja fiscalizando os jurisdicionados”, pontuou o presidente da Atricon, Valdecir Pascoal.

O conselheiro leu o documento que reúne 19 compromissos assumidos pelos Tribunais de Contas a partir dos temas debatidos durante o V ENTC e da conjuntura político-institucional do Brasil. A “Carta de Cuiabá” também reafirma a necessidade da criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNTC) e de ampliar a fiscalização do cumprimento dos planos nacional, estaduais e municipais de educação. Veja a íntegra do documento no link: <http://www.atricon.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Carta-de-Cuiab%C3%A1-VERS%C3%83O-FINAL.pdf>.

FINANCIAMENTO DA SAÚDE

O procurador do Ministério Público de Contas do Rio Grande do Norte (MPC/RN), Ricart César Coelho, fez o lançamento do livro “Financiamento da Saúde Pública no Brasil”, no solar Bela Vista.

O livro é fruto da atuação realizada pelo Procurador na área das finanças públicas da saúde, que serviu de base para o mestrado recentemente concluído na Universidade de São Paulo (USP).

FILHOS DO ALZHEIMER

A experiência de conviver com familiares diagnosticados com a doença de Alzheimer é contada no livro “Filhos do Alzheimer”, escrito pela advogada Zênia Maria Chaves Lopes Alcântara, coordenadora da Ouvidoria do TCE. Tudo começou com um diário onde ela escrevia as suas angústias com a doença instalada no pai e na mãe ao mesmo tempo. De natureza sensível e compassiva, Zênia foi se posicionando naturalmente como cuidadora e tutora dos pais. No livro, ela fala sobre as dificuldades que é gerir totalmente a vida dos pais, os aspectos financeiros, os cuidados e a qualidade de vida dispensada para ambos, bem como o de gerenciar a casa e administrar as secretárias e cuidadoras. O livro foi lançado na Pinacoteca do Estado.

TCE EM PAUTA

SÍNTESE ORGANIZACIONAL DO TCE

CONSELHEIRO PRESIDENTE

Carlos Thompson da Costa Fernandes

CONSELHEIRA VICE-PRESIDENTE

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA

Conselheiro Antônio Gilberto de Oliveira Jales

PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Conselheiro Renato Costa Dias

CORREGEDOR

Conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves

OUVIDOR

Conselheiro Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS

PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA

Conselheiro Tarcísio Costa

AUDITORES

Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro

Ana Paula de Oliveira Gomes

Antonio Ed Souza Santana

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL

Marise Magaly Queiroz Rocha

SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO

Anderson Leonardo de Oliveira Brito

CONSULTOR JURÍDICO

Peter John Arrowsmith Cook Junior

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Clara Fernandes Paiva Campos

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

PROCURADOR-GERAL (LICENCIADO)

Luciano Silva Costa Ramos

PROCURADOR-GERAL (EM EXERCÍCIO)

Ricart César Coelho dos Santos

EXPEDIENTE

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Viktor Vidal

EDITOR

Eugênio Parcelle

REPORTAGEM

Andréia Moraes

Isaac Lira

PRODUÇÃO

Fátima Moraes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Maurício Marcelo | Tikinet

FOTOGRAFIAS

Jorge Filho

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690 – Petrópolis – Natal/RN

CEP 59.012-360 | Telefone: (84) 3642-7278

Site: www.tce.rn.gov.br | E-mail: ascomtce@gmail.com

Facebook.com/tcedorn | Twitter: TCE_RN

GILBERTO JALES É O NOVO PRESIDENTE DO TCE

O conselheiro Gilberto Jales foi eleito para presidir o TCE no biênio 2017/2018



O conselheiro Gilberto Jales foi eleito na terça-feira (06/12), em votação realizada durante a sessão do Pleno, para presidir o Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) no biênio 2017/2018. A escolha se deu à unanimidade de votos pelos sete conselheiros presentes. O conselheiro Tarcísio Costa foi eleito vice-presidente, também por votação unânime.

Após a votação, Jales agradeceu a confiança dos colegas e disse que conta com a colaboração dos demais conselheiros e dos servidores da Corte, assim como toda a sociedade, para dar mais um passo na evolução do Tribunal de Contas e na luta pela cidadania. Ele também destacou os avanços alcançados nas gestões precedentes.

Atual presidente, Carlos Thompson Costa Fernandes afirmou confiar que o seu sucessor dará continuidade ao processo de aprimoramento da instituição e contribuir para o fortalecimento do controle externo.

Durante o processo eleitoral, cujos votos foram depositados em urna e escrutinados pelo procurador de Contas, Thiago Guterres, também foram escolhidos os membros das duas Câmaras de Contas, e seus respectivos presidentes, além do diretor da Escola de Contas, o corregedor e o ouvidor de contas.

A 1ª Câmara de Contas será composta pelos conselheiros Adélia Sales (presidente), Tarcísio Costa e Carlos Thompson Costa Fernandes. Já a 2ª Câmara será composta pelos conselheiros Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior (presidente), Renato Dias e Paulo Roberto Alves.

Para a Corregedoria, foi eleito Carlos Thompson. O diretor da Escola de Contas será Paulo Roberto Alves. E a Ouvidoria de Contas será dirigida pelo conselheiro Renato Dias. Houve também o sorteio para composição dos auditores (substitutos de conselheiros) nas Câmaras: Marco Montenegro na 1ª Câmara; Antônio Ed Santana e Ana Paula de Oliveira Gomes na 2ª.

PERFIL

Antônio Gilberto de Oliveira Jales tomou posse como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado no dia 8 de maio de 2013. Indicado pela então Governadora Rosalba Ciarlini, assumiu a vaga deixada pelo Conselheiro aposentado Alcimar Torquato.

Natural do município de Messias Targino, Jales é geólogo com especialização em Educação Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos, e tem mestrado em Irrigação e Drenagem.

Na gestão pública, ocupou os cargos de Secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos e de Diretor Executivo da Gerência de Gestão Ambiental, ambos da prefeitura de Mossoró, período em que o Município foi agraciado por duas vezes com o Prêmio “Gestão Pública e cidadania” pela Fundação Getúlio Vargas, BNDES e Fundação Ford, com os Projetos AGUA VIVA LUZ DO SOL e PROCAP. Ocupou, ainda, as

secretarias estaduais de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e de Assuntos Fundiários e Reforma Agrária.

Na docência do ensino superior como professor a Universidade Potiguar - Campus Mossoró e Natal, ministrou disciplinas nos cursos de Gestão Pública, Gestão Ambiental, Petróleo e Gás, Administração, Engenharia Civil, Engenharia Sanitária e Ambiental. Foi ainda Diretor do Curso de Gestão Ambiental e Gestão Pública da UNP-Mossoró.

Atualmente preside a 1ª Câmara de Contas do TCE/RN, e compõe o quadro de diretores da Associação de Membros dos Tribunais de Contas (Atricon) como titular da Diretoria de Corregedorias e Ouvidorias. Representou o TCE/RN no treinamento das comissões técnicas encarregadas de visitar os 33 Tribunais de Contas do Brasil que aderiram ao projeto MMD-TC (Marco de Medição e Desempenho dos Tribunais de Contas).



UMA GESTÃO MARCADA POR RESULTADOS



Ao fim de uma gestão caracterizada por mudanças, cabe destacar, de forma sintética, os principais projetos realizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte no biênio 2015/2016, sob a presidência do conselheiro Carlos Thompson Costa Fernandes.

ANÁLISE DOS PROCESSOS DO TIPO CONSULTA

Uma das metas da presente gestão foi analisar e, consequentemente, levar a julgamento os processos referentes às consultas formuladas ao TCE/RN. **No biênio de 2015/2016 foram contabilizados 102 processos de consultas** (dado consolidado até 30/11/2016) **respondidos pelo TCE.**

ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CONVÊNIOS

Dentre os Acordos de Cooperação Técnica e os Convênios celebrados pelo TCE/RN, pactuados com o objetivo precípuo de fortalecer e desenvolver o exercício do controle externo do Tribunal, destacamos os realizados com as seguintes instituições:

TCE/PE, Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil, Seção do Estado do Rio Grande do Norte – IEPTB/RN, Prefeitura

Municipal de São Paulo por intermédio da Controladoria Geral do Município de SP – CGM/SP, MP/RN e Ministério Público Federal – MPF.

APROVAÇÃO DE NOVAS SÚMULAS

O Plenário da Corte de Contas aprovou a edição de 8 (oito) novas Súmulas.

RESOLUÇÕES APROVADAS

Diversos temas foram regulamentados pelo Tribunal de Contas do Estado no biênio de 2015/2016, destacando-se, dentre eles:

Resolução nº 006/2016 – TCE/RN: Dispôs sobre a implantação e o funcionamento da Unidade de Informações Estratégicas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte;

Resolução nº 016/2016 – TCE/RN: Instituiu o Código de Ética dos Membros do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte;

Resolução nº 021/2016 – TCE/RN: Dispõe sobre os critérios para pagamento, em ordem cronológica, das obrigações financeiras devidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências;

Resolução nº 030/2016 – TCE/RN:

Dispõe sobre os procedimentos referentes às Declarações de Bens e Rendas a serem apresentadas pelas autoridades e servidores públicos a que aludem as Leis Federais nº 8.429, de 02 de junho de 1992, e nº 8.730, de 10 de novembro de 1993 e a Lei Complementar Estadual nº 464, de 05 de janeiro de 2012, bem como sobre a forma de fiscalização dessas declarações, para fins de controle da variação patrimonial e de sinais de enriquecimento ilícito de agentes públicos.

Resolução nº 034/2016 – TCE/RN:

Dispõe sobre a adoção de providências necessárias à transição de governo no âmbito da Administração Pública Municipal e dá outras providências.

CONCURSO PÚBLICO

Foram realizados concursos públicos para provimento de vagas no cargo de auditor, sendo aprovados os candidatos Antonio Ed Souza Santana e Ana Paula de Oliveira Gomes e para diversos cargos efetivos, culminando com a nomeação e respectiva investidura de 13 candidatos regularmente aprovados para os seguintes cargos: assessor técnico de informática; Assessor Técnico Jurídico; Inspetor de Controle Externo – especialidade: Administração, Contabilidade, Direito ou Economia; Inspetor de Controle Externo – especialidade: Engenharia Civil; e Inspetor de Controle Externo – especialidade: Tecnologia da Informação.

PROGRAMA DE ESTÁGIOS

No primeiro semestre de 2015, a Presidência do TCE/RN determinou a realização de concurso para credenciamento de estagiários, contando, para tanto, com colaboração direta da Secretaria de Controle Externo e da Secretaria de Administração Geral da Corte de Contas, sendo instituída nova política de recrutamento e seleção para o programa de estágio remunerado desta Corte de Contas.

O aludido concurso teve como finalidade formar cadastro de reserva, relativo às áreas de Administração/Gestão Pública, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Civil e Informática, sendo convocados, ao todo, 54 estagiários aprovados no referido programa.

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO – SECEX

O TCE/RN dispõe de uma Secretaria de Controle Externo, vinculada à Presidência, cuja finalidade é planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos de controle externo, necessárias ao desempenho das atribuições de controle e fiscalização a cargo do Tribunal, em consonância com o planejamento estratégico e as políticas traçadas pela gestão, além de outras que lhe forem compatíveis, conferidas por regulamento.

- Reestruturação da atuação do controle externo e do Plano de Fiscalização Anual (PFA)
- Implantação da nova sistemática de contas anuais de gestão
- Fortalecimento do Sistema Integrado de Auditoria Informatizada (SIAI) como ferramenta de fiscalização
- Concepção e implantação da Unidade de Informações Estratégicas para o Controle Externo (INFOCEX)
- Elaboração das minutas das Resoluções nº 004/2016-TCE e nº 007/2016-TCE – Portal de Transparência
- Cartilha de Encerramento e Transição de Mandato e elaboração da Resolução nº 034/2016-TCE - Transição de mandatos nos Municípios
- Atuação conjunta com o Ministério Público Estadual e deflagração da Operação “Implosão” em parceria com o *Parquet* Estadual

INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO (ICE)

- Levantamento sobre obras inacabadas e paralisadas no âmbito dos municípios do Rio Grande do Norte.
- Atuação concomitante e cautelar, em caráter seletivo e prioritário, na ICE em sendo 04 (quatro) deles de iniciativa da própria Diretoria.

DIRETORIA DE DESPESA COM PESSOAL (DDP)

- Encaminhamento dos Ofícios Circulares nº 368/2015, 369/2015 e 370/2015 recomendando a apuração de possíveis irregularidades na folha de pagamento de 1.645 servidores. Em abril de 2016, foi realizado novo levantamento, no qual restou demonstrado que a atuação do TCE/RN apresentou resultados expressivos, com redução brusca nas inconformidades informadas, conforme tabela abaixo:

	Antes (2015)	Depois (2016)	Redução de
Servidores com Acúmulos de cargos acima de 2 vínculos	1255	368	70,68%
Falecidos na folha de pagamento	27	0	100%
Servidores efetivos com mais de 70 anos de idade	363	73	79,89%

- b) Representações sobre a remuneração dos Vereadores
- c) Fortalecimento do SIAI-DP
- d) Atuação concomitante e cautelar, em caráter seletivo e prioritário, na DDP

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DIRETA (DAD)

- a) Implantação do processo eletrônico
- b) Representação da Comissão de Assessoramento das Contas de Governo
- c) Gestão de estoque processual
- d) Atuação concomitante e cautelar, em caráter seletivo e prioritário, na DAD

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (DAI)

- a) **Redução significativa do estoque de processos na DAI:** diminuindo-o em mais de 70%, comparado ao início da gestão, conforme se observa no quadro abaixo:

	(07/01/2015)	(27/10/2016)
Estoque de processos na DAI	456	116

- b) Auditoria inédita no sistema de Regimes Próprios de Previdência Social
- c) Atuação fiscalizatória da DAI em conjunto com o Ministério Público Estadual
- d) Piloto de acesso às informações bancárias de jurisdicionados por meio de autoatendimento

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (DAM)

- a) Estratégia de acompanhamento da despesa pública

Foram abertos 4.629 relatórios de acompanhamento de editais de licitação e de contratações diretas, sendo 3.170 relativos a não envio de dados. Destes, 1634 tiveram respostas dos jurisdicionados.

- a) Implantação do Núcleo de Processos Eletrônicos da DAM

- b) Atuação concomitante e cautelar, em caráter seletivo e prioritário, na DAM

Conforme dados levantados de janeiro de 2015 a novembro de 2016, a DAM **atuou em 13 (treze) processos em caráter seletivo e prioritário**, sendo 09 (nove) deles de iniciativa da própria Diretoria.

- a) Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM

QUANTIDADE DE PROCESSOS JULGADOS E PROCESSOS SELETIVOS E PRIORITÁRIOS INSTAURADOS NO BIÊNIO 2015/2016:

Segundo apontou o Diagnóstico Institucional - Medidas Internas de Eficiência Administrativa, elaborado pela **Assessoria de Planejamento e Gestão - APG**, no período 2011-2016 (até 10/11), foram julgados 25.280 processos, o que representa uma média anual de 4.213 processos. **Destaca-se que, no último biênio (2015-2016), foram julgados 10.178 processos.** Esse valor corresponde a, aproximadamente, 40,3% de todos os processos julgados desde 2011. A quantidade de sessões realizadas no período manteve-se estável, em torno de 170 sessões/ano (dados fornecidos pela Secretaria das Sessões, consolidados até 10 de novembro de 2016).

Oportunamente, impõe-se trazer à baila, que foram **abertos 14 processos seletivos e prioritários no ano de 2015**, ao passo em que, no ano de 2016, alcançou-se a instauração de **67 processos desta espécie, totalizando o número de 81 processos seletivos abertos.**

CONSULTORIA JURÍDICA

Elaborado o Regulamento da Consultoria Jurídica,

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

- Distribuição da força de trabalho

Inicialmente a Secretaria de Administração Geral direcionou seus esforços para a melhor distribuição da força de trabalho e apoio à Presidência na constituição das equipes central e setoriais da instituição. A atual força de trabalho à disposição do Tribunal de Contas totaliza 520 (quinhentas e

vinte) pessoas, distribuídas conforme se apresenta no quadro abaixo:

Descrição	Quantidade
Servidores Efetivos	245
Servidores Requisitados	66
Servidores com Cargo em Comissão sem vínculo	91
Estagiários	54
Funcionários Terceirizados	55
TOTAL	511

Dados de Novembro/2016.

A repartição dos cargos em comissão está assim distribuída:

Cargos Em Comissão	Quantidade
Servidores Efetivos	35
Servidores Requisitados	10
Servidores sem vínculo	91
TOTAL	136

Dados de Novembro/2016.

- Implantação do sistema registro de ponto
- Gestão orçamentária
- Plano de implantação da Nova Contabilidade
- Portal da Transparência
- Manutenção do Prédio Sede do TCE/RN
- Implantação do Processo Eletrônico quanto aos Processos Administrativos

DIRETORIA DE ATOS E EXECUÇÕES

No início de 2015, a DAE contava com um estoque de processos da ordem de aproximadamente 4.200 (quatro mil e duzentos) processos. Atualmente, restam pendentes de execução apenas aproximadamente 80 (oitenta) processos do estoque inicial, ou seja, foram executados, aproximadamente, 98% (noventa e oito por cento) dos processos pendentes de execução.

DIRETORIA DE EXPEDIENTE

No setor de atendimento ao público e protocolo, houve considerável redução de processos e documentos,

Eventos		Total de eventos	Servidores (participantes)	Jurisdicionados (participantes)
Capacitações para Servidores do TCE/RN	Realizadas pela Escola de Contas	43	1.319	-
	Realizadas em parceria com o RN Sustentável	31	135	-
Subtotal		74	1.454	-
Capacitações para Jurisdicionados	Realizadas pela Escola de Contas / Parceiros	30	-	3.718
Subtotal		30	-	3.718
Total		104	1.454	3.718
Total de participantes			5.172	

com envio imediato da documentação entregue ao setor de destino.

OUVIDORIA DE CONTAS

- Ações de combate a pequenas corrupções
- Realização do projeto Sexta de Contas
- Implementação do projeto Contando Idéias

CORREGEDORIA

Segundo calendário de correições apresentado no início do biênio, a Corregedoria realizou todas as correições previstas, nas seguintes diretorias: DAD, DAI, DAM, ICE, DDP, DE, Secretaria das Sessões (Pleno, 1ª e 2ª Câmaras), DAP e DAE. Além das correições realizadas nas diretorias, também teve início correições nos gabinetes de alguns Conselheiros, escolhidos de acordo com o estoque processual verificado.

ESCOLA DE CONTAS

Síntese das capacitações do biênio 2015-2016
Total de horas/aula – 1.798

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- 2) Criação do novo Portal da Transparência – TCE (PORTAL2015).
- 3) Sistema de Registro de Preços (SISREG).
- 4) Criação do Alerta Eletrônico:
- 5) Dados Abertos.
- 6) Desenvolvimento do Programa “Eu Fiscalizo TCE-RN”.
- 7) Desenvolvimento do sistema Protesto Eletrônico.
- 8) Implantação da catraca com biometria.
- 9) Sistema para Controle da Ordem Cronológica de Pagamento.
- 10) Implantação do Portal Eletrônico do Cidadão (E-SIC).
- 11) Aprimoramento do SIAI.
- 12) SIAI Fiscal 2016



Mais de 800 prefeitos e gestores municipais participaram do evento que teve como destaque a divulgação do IEGM, coordenado pelo diretor de Administração Municipal do TCE, Cleyton Marcelo Barbosa

TCE DIVULGA ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL

Oitenta municípios do Rio Grande do Norte foram considerados “em fase de adequação” pelos indicadores do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), indicador que a partir deste ano passa a ser monitorado pelo Tribunal de Contas do Estado e cujos resultados foram apresentados durante o “Encontro com Gestores Públicos Municipais – Encerramento e Transição de Mandato: 2016.2017”, realizado na Escola de Governo.

Ainda de acordo com os dados do IEGM, 15 municípios conseguiram chegar ao nível “efetivo” e 64 encontram-se em “baixo nível de adequação”. Nenhum município foi

considerado com gestão “muito efetiva” ou “altamente efetiva”. “O Estado obteve o índice de 0,51, o que significa que mais de 50% dos municípios estão em fase de adequação, com oportunidades de melhoria da gestão, mesmo nesta crise, isso sem muito investimento financeiro”, relatou o diretor de Administração Municipal do TCE, Cleyton Marcelo Barbosa.

Com a divulgação do IEGM, o TCE passa a disponibilizar para a sociedade uma série de dados que possibilita diversas análises sobre a gestão e os resultados alcançados pelas políticas públicas, inclusive com a perspectiva de construção de uma

série histórica. Os dados da pesquisa podem ser vistos no endereço eletrônico <http://iegm.tce.rn.gov.br> e no site do Instituto Rui Barbosa.

“É o primeiro ano que adotamos esse sistema de medição de resultados e tivemos uma adesão de 96% dos municípios do Estado”, disse o presidente do Tribunal de Contas, Carlos Thompson, na presença mais de um público de mais 800 pessoas, incluindo prefeitos, presidentes de câmaras e outros agentes públicos. “Isto demonstra o interesse dos senhores para com estes temas”, ressaltou na abertura do evento.

O índice tem como objetivo avaliar as ações dos governos em relação

às exigências da sociedade, apurando a qualidade dos gastos públicos e os resultados efetivos dos serviços prestados ao cidadão. Questões como Educação, Saúde, Gestão fiscal, Meio Ambiente, Governança em tecnologia da Informação, Cidades Protegidas e Planejamento integram o leque de questionários respondidos, de forma obrigatória, pelos gestores. Os dados foram cruzados com outras informações, entre os quais do SIAI, culminando numa pontuação que revela, entre outras situações, como se posiciona o município frente a aspectos significativos da administração.

Neste aspecto, um tema chamou a atenção dos pesquisadores: a ausência de planejamento estratégico nos municípios. “Neste item, todos tiraram zero. Não há indicadores consistentes para subsidiar as ações e o confronto entre estas e os recursos financeiros utilizados”, destacou Cleyton, lembrando que esta ferramenta, a do planejamento, deverá ser priorizada pelos gestores que vão assumir as prefeituras no próximo ano. Ressalte-se que os gestores tiveram que responder mais de 200 questões, nos itens alavancados. “Em cada ano poderemos mudar alguns temas

ou acrescentar outros de interesse”, explicou.

O IEGM não será divulgado como um ranking comparando indicadores de municípios. “A intenção não é esta”, disse. O mapeamento busca, sobretudo, fazer uma análise da gestão num determinado momento, podendo influenciar no reposicionamento de políticas públicas e execução orçamentária. Neste aspecto revela-se de extrema importância para os gestores, que passam a ter esta ferramenta como suporte para definição de suas estratégias, e para os atores que exercem o controle externo (com a modernização

dos seus processos, focando nos resultados) e controle social (municípios terão acesso a elementos de informação que permitirão uma melhor avaliação das ações governamentais).

Os dados completos do IEGM podem ser obtidos nos links do Instituto Rui Barbosa (<http://iegm.irbcontas.org.br/>) e do TCE (<http://www.tce.rn.gov.br/IEGM>).

Na abertura do encontro, o conselheiro Tarcísio Costa fez um histórico da Escola de Contas, criada em sua gestão como presidente do TCE e que está sob o seu comando, informando que somente nestes dois

últimos anos foram realizados 6 mil atendimentos. “A escola foi criada a partir da premissa de que, antes de punir, é necessário educar”, enfatizou. O presidente da Federação dos Municípios, Ivan Lopes Jr., lembrou que estas qualificações vem melhorando o entendimento e, conseqüentemente, a eficiência das gestões municipais. Ainda integraram a mesa dos trabalhos representantes da Prefeitura de Natal, da Federação das Câmaras Municipais, do Sebrae e o representante da escola de Contas de Alagoas, parceiros do TCE na realização do encontro.

Realizado pelo TCE, encontro contou com a parceria das Associações Municipais, Sebrae e Escola de Contas de Alagoas





APROVADAS COM RESSALVA

Processo foi relatado pelo
conselheiro Gilberto Jales e
acatado pelo Pleno



O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) decidiu emitir parecer prévio favorável à aprovação, com ressalvas, das contas do governador Robinson Faria relativas ao exercício financeiro de 2015. O parecer será enviado para a Assembleia Legislativa do RN, a quem cabe, com base na análise da Corte, julgar as contas do Governo.

O processo foi relatado pelo conselheiro Gilberto Jales, cujo voto foi aprovado por unanimidade. Segundo o voto do conselheiro, a aprovação com ressalvas se deu porque as constatações do relatório técnico “são de natureza

formal, seja por descumprimento de exigências legais e regulamentares, seja por se tratarem de impropriedades técnicas, não comprometendo a aprovação das contas sob apreço”.

O Tribunal de Contas irá abrir processos autônomos para apurar fatos constatados pela equipe técnica, entre eles o descumprimento das exigências legais para abertura de créditos suplementares. Além disso, a decisão estabeleceu a inclusão de quatro temas no Plano de Fiscalização Anual. São eles: “a legalidade e economicidade das renúncias de receita, em especial

aquelas realizadas com base em programas de desenvolvimento econômico como o PROADI” e “a legalidade do cancelamento de Restos a Pagar processados praticado nos exercícios 2015 e 2016”, no plano 2016/2017; e no plano 2017/2018, “a efetividade dos instrumentos de planejamento do Estado”, além da “eficácia, eficiência e efetividade dos meios utilizados para controle e cobrança da Dívida Ativa”.

A Corte de Contas também decidiu pelo envio das recomendações presentes no relatório para o Executivo Estadual, acerca da necessidade de

adotar medidas cabíveis para equacionar o déficit relativo à Previdência do Estado; dar prioridade à cobrança da Dívida Ativa do Estado, cujo saldo em 2015 era de R\$ 6,1 bilhões, “com a adoção de um melhor controle do respectivo crédito, inclusive com o monitoramento permanente”; adoção de procedimentos para diminuir a inadimplência no âmbito da Caern, fixada em R\$ 55 milhões em 2015, e diretrizes para sanar “os elevados aportes financeiros” do tesouro estadual no âmbito da Datanorte, que em 2015 chegaram a R\$ 73 milhões; entre outras.

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL EM DEBATE



Para o auditor Antônio Ed, os municípios precisam avançar no quesito transparência

Apesar de todo avanço observado em torno do desenvolvimento da transparência nos diversos setores do serviço público, a prática de estratégias que possibilitem, inclusive, o controle social do orçamento, ainda representa um desafio na maioria dos municípios brasileiros. Pesquisa do Ministério Público Federal aponta que, no Rio Grande do Norte, o percentual de atendimento as diretrizes e normas da transparência por parte dos municípios atinge um percentual de 4,68, num ranking que vai até 10,0, o que significa que estamos situados bem abaixo da média. Ou seja, é preciso avançar.

Os dados foram apresentados pelo auditor do TCE, Antônio Ed Souza Santana, no último encontro do ano da Sexta de Contas, abordando o tema “Reflexões sobre a atuação dos órgãos

de fiscalização no fomento à transparência, ao controle social e ao controle interno da Administração Pública”. O projeto, executado em parceria pela Ouvidoria e Escola de Contas, tem como objetivo possibilitar a apresentação e o debate de temas significativos associados ao controle das contas públicas. “Esta ação demonstra que a atuação do TCE vai além de órgão fiscalizador”, ressaltou o conselheiro ouvidor, Francisco Potiguar, na abertura do evento.

O auditor apresentou referências históricas e ideias que objetivam permitir o acesso de qualquer cidadão a informações públicas. Da abertura representada pela Constituição de 1988, abrindo espaço para a construção de conselhos como o de saúde, até a proposta dos Portais de transparência, em 2004, e da Lei de Acesso a Informação,

regulamentada em 2011, há toda uma trajetória que remete a direitos e deveres de todos os cidadãos. “Para se exercer o controle social é necessário que, antes, sejam disponibilizadas informações que possibilitem este controle”, relatou.

Mesmo com todas as dificuldades, foram registrados avanços significativos. E a palestra focou em experiências com resultados positivos, a ponto de se transformarem em referências. Entre as ações apresentadas, Antônio Ed mostrou o caso da Associação de Moradores de Ribeirão Bonito, município localizado no interior de São Paulo que, graças a mobilização dos moradores, conseguiu fazer o impeachment do prefeito do lugar, acusado de malversação de recursos públicos. Outra foi do Observatório Social do Brasil que, inclusive,

replica a experiência e estimula a construção de organizações para o exercício do controle social. Maiores informações podem ser adquiridas nos sites www.amarribo.org.br e www.osbrasil.org.br.

Ainda apresentou o programa Olho Vivo, realizado pela Controladoria Geral da União, uma série de ações que envolvem desde a sensibilização até a capacitação técnica dos gestores públicos, com vistas ao fortalecimento do controle social e do controle interno. Por fim, Vale destaca a apresentação da servidora Lúcia Bastos, no início do encontro, recitando uma poesia do poeta Antônio Francisco, seguida por uma performance da contadora de história e embaixadora da paz no RN, Daluzinha Ávila, relatando a história do profeta Gentileza, que deixou um legado de paz no Rio de Janeiro.



MUNDO DIGITAL

DESTAQUES

SISTEMA PARA CONTROLE DE EVOLUÇÃO PATRIMONIAL (SISPATRI)

Para cumprir a resolução 30/2016 que disciplina o envio de cópia da declaração de bens ao Tribunal de Contas, conforme estabelecido na Lei Federal 8.730, na Lei Federal 8.429 e na Lei Complementar Estadual 464, a Diretoria de Informática adaptou e implantou o sistema cedido pela Controladoria Geral do Município de São Paulo - SISPATRI. Este sistema, implantado pelo Assessor de Informática Guilherme Lucena Maia, objetiva recepcionar os dados relacionados às declarações patrimoniais dos servidores do Estado. O sistema permite importar dados da declaração de renda de pessoa física à Receita Federal, reduzindo o trabalho de preenchimento dos servidores, e armazena essas informações em uma base criptografada, segura e com acesso restrito. O acesso às informações ocorre de forma segura, somente pessoas autorizadas podem analisar os dados e suas consultas são gravadas, como requer a resolução 30/2016.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL (IEGM)

Este mês, o TCE-RN divulgou o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), no “Encontro com Gestores Públicos Municipais – Encerramento e Transição de Mandato: 2016.2017”, realizado na Escola de Governo (<http://www.tce.rn.gov.br/Noticias/NoticiaDetalhada/3349>). Para tornar mais eficiente a aquisição dos dados usados na elaboração do IEGM, e a visualização desses dados, a Diretoria de Informática deu seu apoio com a implantação da ferramenta LimeSurvey, uma ferramenta de software livre que permite a aplicação de questionários online. O apoio dado pelo Inspetor de Controle Externo Marcelo Santos de Araújo na implantação do questionário, coleta dos dados, armazenamento nas bases de dados do TCE-RN, além de adaptações na área restrita para alertar os gestores que não fizeram o preenchimento, tornou o processo mais efetivo. Além disso, os infográficos desenvolvidos pelo programador José Vinícius Pereira Moreira e por Marcelo, foram essenciais para uma boa apresentação dos resultados deste trabalho de excelência desenvolvido pelos técnicos do TCE-RN.

O resultado deste trabalho pode ser visualizado no link: <https://iegm.tce.rn.gov.br/#/>

NA CASA

NOVOS COMPUTADORES

Para atualizar o parque tecnológico do TCE-RN, foram adquiridas 100 novas estações de trabalho e monitores secundários verticais. Este mês a Diretoria de Informática está instalando esses novos computadores, substituindo os computadores mais antigos na casa. Para poder instalar novos computadores, a DIN necessita preparar as máquinas, instalar sistema operacional, programas e arquivos para que os mesmos fiquem prontos para uso no Tribunal. Este processo está ocorrendo setor a setor e tem previsão de término no mês de Janeiro de 2017.

E-MAIL DA CASA “@TCE.RN.GOV.BR”

No ano de 2016, a equipe de infraestrutura da Diretoria de Informática do TCE-RN (Anderson Sousa da Silva, Davi Ribeiro Cunha, Joir Medeiros Ramalho e Ricardo Cesar de Oliveira Moreira) trabalhou em um projeto que possibilitasse o TCE-RN possuir seu próprio serviço de e-mails. O resultado foi a implantação da plataforma Zimbra, um servidor de e-mail próprio que permite que servidores do TCE-RN possuam e-mail institucional @tce.rn.gov.br. Para que o TCE-RN possua e-mail próprio, é necessário a instalação e operação da ferramenta Zimbra, definição de domínio de e-mail, realização de backups, segurança e espaço de armazenamento. Atualmente, o serviço encontra-se operando para os e-mails dos setores do TCE-RN e autoridades. Com a aquisição de equipamentos que permitam mais espaço de armazenamento, será possível disponibilizar o serviço para todos os servidores do TCE-RN.

MUNDO DIGITAL

O QUE SÃO DADOS CRIPTOGRAFADOS?

É um método utilizado nos sistemas de informação para codificar (criptografar) dados para que seu conteúdo não possa ser facilmente acessado e compreendido por terceiros, apenas por quem possui uma chave correta de criptografia (senha) capaz de desembaralhar os códigos e mostrar o seu real significado. É comumente empregado no setor de tecnologia para aprimorar a segurança de transações e garantir privacidade dos dados armazenados ou enviados na rede eletrônica.

TCE LANÇA PORTAL COM DADOS ABERTOS

Disponibilizar dados públicos para que a população exerça o controle social é uma das tendências mais fortes na administração pública atualmente. Com o objetivo de ampliar a transparência, e estimular o controle social, o Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) criou o Portal dos Dados Abertos, com informações acerca

da própria Corte de Contas e dos seus jurisdicionados.

O portal possibilita o acesso às informações brutas do Sistema Integrado de Auditoria Informatizada (SIAI) por aplicativos desenvolvidos pelos cidadãos através da API de acesso aos dados. As informações disponibilizadas decorrem do resultado das remessas enviadas, ao TCE/RN, pelas unidades

jurisdicionadas, através do Sistema de Auditoria Informatizada - SIAI e não representam, necessariamente, dados auditados. Estão disponíveis informações relativas a receitas, despesas e empenhos. Os interessados devem acessar o site <http://apidadosabertos.tce.rn.gov.br/>.

Segundo a cartilha “5 motivos para a abertura de dados na

Administração Pública”, elaborada pelo Tribunal de Contas da União, as razões para que se invista na publicação de dados abertos são a transparência na gestão pública; contribuição da sociedade com serviços inovadores ao cidadão; aprimoramento na qualidade dos dados governamentais; viabilização de novos negócios; e a obrigatoriedade por lei.

MEMÓRIAS

DO TCE



O advogado Jalles Costa foi secretário geral e consultor jurídico do TCE. Nos deixou em 15 de novembro de 2003, fato lembrado em artigo de autoria do inspetor de controle externo, Luzenildo Moraes da Silva, publicado na edição de nov/dez do TCE em pauta do referido ano. Segundo Luzenildo, Jalles Costa foi um “homem de forte índole democrática, cultuava os valores da República e morreu no dia em que, no Brasil, se comemora a sua proclamação”.

Sintonizada com as mudanças implementadas na contabilidade, a Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira realizou o curso “Contabilidade, Análises e Interpretações”, com objetivo de aprimorar o conhecimento dos servidores. Segundo o professor Severino Cesário de Lima, que ministrou as aulas: “Atualmente, nunca se ouviu falar tanto em corrupção, desonestidade, falta de ética, falta de decoro, superfaturamento de obras e impunidade” -, fatos que justificavam a capacitação. O assunto foi matéria da edição de dezembro de 2008 do TCE em Pauta.

Uma das ações do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – Promoex, a primeira Auditoria operacional do TCE/RN, enfocando o tema Formação de professores, também foi destaque da edição de dezembro de 2008 do jornal. “É a auditoria dos cinco “es”, explicou José Monteiro Coelho Filho, chefe do novo setor, referindo-se à avaliação da eficiência, eficácia, economicidade, efetividade e equidade.



DUPLA PREMIAÇÃO



Marília foi a grande vencedora do Contando ideias

Um projeto com foco no desenvolvimento sustentável, elaborado pela servidora Marília do Socorro Cunha Lima, foi o grande vencedor do programa “Contando ideias”, uma iniciativa realizada pela Ouvidoria em parceria com a Escola de Contas que busca valorizar iniciativas de inovação e aprimoramento das atividades do Tribunal de Contas, a partir de ideias e ideais dos servidores. “Hoje em dia ações de sustentabilidade não é opção, sim questão de obrigação”, ressaltou a servidora, no momento da entrega da premiação.

Também foram premiados os projetos “Ferramenta importante para o Observatório da Inspeção de Controle Externo”, de autoria do servidor

Jailson Tavares; “Tribunal das Artes”, de Joselita Maria da Silva; “Qualidade de Vida no Tribunal” e “Aproximar TCE da Sociedade”, estes dois últimos de autoria do servidor André Gustavo. “Este foi um primeiro passo, dando oportunidade aos servidores de partilharem suas ideias em favor do bem comum”, destacou o conselheiro Francisco Potiguar, Ouvidor do TCE.

REAPRENDER A VIVER

A divulgação do resultado foi abrilhantada pela palestra “Motivação no Setor Público”. Ministrada pelo auditor fiscal da prefeitura de Natal, Wanderley Franco. Com a experiência de quem teve que superar várias

dificuldades, em decorrência de ter perdido os braços aos quatro anos de idade em um acidente com energia elétrica, Wanderley contou aos presentes que teve que aprender tudo novamente – com a diferença de que ao invés das mãos, passou a utilizar os pés.

Dai as várias etapas que perpassou, como o apoio fundamental da sua família; o desafio da escolaridade, “estudava muito para tirar notas boas, ser o primeiro da classe e conseguir a bolsa de estudos”; até a conquista do emprego, passando no concurso público para auditor fiscal, o que o fez deixar Fortaleza. Agora, tendo sua história como exemplo, realizar palestras em escolas, dando dicas aos alunos sobre

Enem, Fies e outras modalidades de acesso ao ensino superior.

Falando para os servidores públicos, mesmo num momento de crise, destacou a importância do conhecimento, da atualização do saber, da auto-estima e controle dos atos de cada um. “Não tenham medo de arriscar, sejam determinados, procurem ser referências para resolver os problemas e resgatem a criança dentro de vocês, agradeçam sempre e celebrem a vida”, disse, lembrando que precisamos, acima de tudo, “deixar um legado para a humanidade”. Num momento em que “todo mundo está virando Uber”, em decorrência da crise, ouvir Wanderley termina sendo um alento a mais para a esperança em um mundo melhor.



Evento de premiação foi abrilhantado por palestra de Wanderley Franco